

O Brasil à Época

O Brasil do século dezenove procurava se inserir no admirável mundo novo da técnica e do individualismo como valor político e social. Mas, como é sabido, movia-se com dificuldade, preso por amarras estruturais, enquanto sociedade saída do regime monárquico, agrário-exportadora e escravista. Era em si própria uma sociedade "entre" a modernidade anunciada e trazida pelas máquinas e pelo liberalismo, mas também definitivamente refém do relativo isolamento colonial e do mundo das hierarquias fixas.

A cidade do Rio de Janeiro, em particular, vivia de forma exacerbada essa contradição, com o desenvolvimento de uma cultura urbana burguesa e de uma classe média sustentada por ex-escravos libertos. O Rio de Janeiro, sede da nova República proclamada em 1889 e, como tal, centro político, administrativo, financeiro e comercial do país republicano, concentrava o Banco do Brasil e a maior Bolsa de Valores da sociedade, assim como as grandes casas bancárias. O maior porto do Brasil estava na cidade, e era ele quem dava conta do escoamento da safra de café, o principal arrecadador de dinheiro para os cofres públicos.

Rodrigues Alves (1902-1906), nos seus quatro anos de governo, remodelou a cidade numa velocidade vertiginosa, dando voz ao mote cunhado por João do Rio, o orgulhoso: “O Rio civiliza-se” (in:Carvalho, 1984, p. 141). Mas, foi com Pereira Passos, prefeito da cidade naquele período, que a regeneração do espaço público encontrou seu maior militante — o prefeito “bota abaixo” — que aplicou a inspiração parisiense à arquitetura, alargando a Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco) imitando os *boulevard* franceses. Iluminada e arborizada, as calçadas eram um deleite para os transeuntes fazerem o *footing*.

Uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade do Rio de Janeiro, toda ela voltada para a “novidade, a “última moda” que apareciam nas vitrines de *boutiques* cuidadosamente selecionadas. O centro da cidade passou a se caracterizar pelo luxo e pela ostentação. As vestimentas passaram do tradicional, símbolos da sociedade patriarcal e aristocrática do Império para a moda “*chic*”. As mulheres vestiam-se com vestidos longos nas cores escuras, predominando a preta

e a cinza; usavam luvas e chapéus bem ao estilo *belle époque* – “*época em que ricos cavalheiros tomavam champanhe nos sapatinhos de cetim das cocottes*” (Scliar, 2003, p. 175) para o desfile diário na Rua do Ouvidor, fizesse frio ou calor.

Assim, a Rua do Ouvidor e a Avenida Central atuavam como metonímias da cidade idealizada como centro mediador do que deveria ser a própria identidade nacional. Guardava características peculiares e foi definida por diferentes autores:

“Ela era o palco dessa conversa fragmentada, desses boatos de “um minuto”, lugar onde o tempo se acelera, assim como o movimento dos que por ela circulam” (Sussekind, 1986, p. 87).

O contraste entre o velho e o novo é comentado pelo historiador José Murilo de Carvalho:

Domesticada politicamente, reduzido seu peso político pela consolidação do sistema oligárquico de dominação, à cidade pôde ser dado o papel de cartão-postal da República. Entrou-se de cheio no espírito francês da belle époque (...) fascinado com a Europa, envergonhando-se do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. (Carvalho, 1984, p.16).

Ao retornar de uma de suas viagens pelo sertão, em 1905, Euclides da Cunha encontrou a capital da República transfigurada pelas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos. A capital irritava-o, com seu cosmopolitismo postigo e com a presença ostensiva dos bondes e automóveis, como contava em carta ao diplomata Domício da Gama: "Há um delírio de automóveis, de carros, de *corsos*, de banquetes, de recepções, de conferências, que me perturba — ou que me atrapalha, no meu *ursismo* incurável" ¹. O completo estranhamento pelo qual ele se sentia nas ruas do Rio de Janeiro é também explicado na frase que o crítico literário Nicolau Svcenko descreve em seu livro “*Literatura como Missão*”: “Sinto-me como um grego antigo transviado nas ruas de Bizâncio” (Svcenko, 2003, p.115).

Também a cidade do Rio de Janeiro concentrava o maior mercado de emprego para os homens de letras. Sua posição de proeminência se consagrou definitivamente em 1897, com a inauguração da Academia Brasileira de Letras,

¹ Fonte: Fundação Euclides da Cunha. Acesso à internet: www.fec.uff.br/

“erigida às alturas de grande instituição das letras” (Svcenko, 2003, p.117). A capital concentrava também a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal.

É nesse momento de mudanças históricas e de redefinição do lugar social também para o escritor que Euclides da Cunha apresenta seu projeto literário, “*Os Sertões*” (Cunha, 1984).

Euclides da Cunha ao escrever seu livro tinha em mente o público literário tradicional, anterior à decadência do gosto e da cultura que acompanhou os processos de mudança política e social dos fins do século XIX. Persistindo fiel à antiga tradição literária, mantendo e recuperando a sua linguagem, a sua retórica, as suas imagens e mesmo ligando-se à nova produção científica, ele se voltava para um público capaz de definir esse código, ao mesmo tempo que se mantém informado sobre a ciência contemporânea. O esforço de Euclides da Cunha em decifrar aspectos fundamentais da nacionalidade brasileira é um atributo literário de imenso valor. Um outro fator é o da intertextualidade, ou seja, a grande massa de informações com as quais Euclides da Cunha trabalha no livro, apoiando-se amplamente nas teorias do seu tempo (Sevcenko, 2003, p.157).

Uma entre tantas referências históricas que Euclides da Cunha empreende nos “*Sertões*” (1984) está relacionada com a Antiguidade Clássica fazendo uma ponte com a modernidade. Isso ocorre através de comparações entre pessoas (Leônidas – Savaget) e lugares (Canudos – Termópolis). Refere-se, também, em sua obra, à Idade Média e ao período renascentista.

Para a crítica literária, Walnice Nogueira Galvão, autora da “*Edição crítica de “Os Sertões”*”, o livro de Euclides da Cunha (1984), “fez por uma insurreição popular o que nenhum outro foi capaz de fazer, no país: alçou a tragédia paradigmática, mediante o louvor à coragem do vencido” (Galvão, 1985, p. 114).

Também o ensaísta Roberto Ventura (2003) reporta-se ao “*Os Sertões*” dizendo: “A viagem de Euclides como repórter pelo sertão foi um ritual de iniciação à religiosidade sertaneja e à magia da natureza, em que tentou compreender aquilo que chamou de “feição primitiva e misteriosa da campanha”.

Em um outro ponto do Brasil, no norte, o “sertão”, esse bem distante da sede da monarquia estava envolvido com a criação de gado e seus sertanejos, com suas vestes de couro por causa da densa caatinga viviam no lombo dos cavalos, conforme descreve o historiador Oliveira Lessa Litrentos. A natureza árida do solo, os longos períodos de estiagem, a diferença de temperatura entre o dia e a

noite, tudo levava o sertanejo a ser um povo à parte do resto dos habitantes do Brasil (Litrentos, 1998, p.59). Para o escritor João Guimarães Rosa (1978), a caracterização de “sertão” é a de uma área despovoada ou escassamente habitada; interior ermo, “sem vivalma”, nos confins, “onde se pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador”.

Euclides da Cunha (1984) via o sertão como o mundo da barbárie e do atraso, espaço incivilizado, local insólito e misterioso, terra longínqua, isolada e abandonada, habitada por uma “raça mestiça” ou “sub-raça” com predomínio de tradições e costumes antigos, da força e da violência, sem ordem e progresso, onde as leis e instituições do Estado nacional não conseguem penetrar e se afirmar: “É um parêntese, um vácuo, um hiato, um não-lugar” (Cunha, 1984, p.92).

“Glosado, relido, criticado desde a primeira hora que comparece à cena da peculiar “modernidade” brasileira, e posto enfim, como narrativa tutelar de vários “sentires” e “ciências” que se propõem a pensar o que faz o Brasil, Brasil”, na acepção de Roberto DaMatta², “*Os Sertões*” (Cunha, 1984), trata-se de uma obra literária altamente significativa para a literatura brasileira e que cumpriu uma função social importante. Euclides da Cunha foi um dos pioneiros e mais marcantes autores a pretender um conhecimento científico e rigoroso da realidade brasileira que, juntamente com “*Casa Grande e Senzala*” (1968) e “*Sobrados e Mucambos*” (2001) de Gilberto Freyre construíram os parâmetros que antecederam a sociologia dos anos cinquenta e deles provieram dois modelos interpretativos que orientariam as reflexões culturais sobre o Brasil: “*Os Sertões*” como o Brasil do “eterno dilema”, marcado pela descontinuidade e pelo conflito e o segundo, mostrando o conagraamento autoritário primando pela harmonia e pela continuidade.

² Fonte de pesquisa: www.fec.com.br.